



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10469-003.423/90-77

163

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 02 / 08 / 1993
C	Rubrica

Sessão de : 18 de novembro de 1992

ACORDADO Nº 203.00.043

Recurso no: 88.404

Recorrente: MANOEL PEDRO GOMES

Recorrida : DRF EM NATAL - RN

**FINSOCIAL/FATURAMENTO** - Exigência decorrente de prévia autuação na área do IRPJ. Inexistência de argumentos e de contra-provas capazes de infirmar a peça básica. Negar-se provimento ao recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MANOEL PEDRO GOMES.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1992.

*rosalvo vital gonzaga santos*  
ROSALVO VITAL GOMZAGA SANTOS - Presidente

*sebastião borges taguary*  
SEBASTIÃO BORGES TAGUARY - Relator

*Dalton Miranda*  
DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 08 JAN 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

cf/mas/ac/ja



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

162

Processo no 10469-003.423/90-77

Recurso no: 88.404  
Acórdão no: 203.00.043  
Recorrente: MANOEL PEDRO GOMES

**R E L A T O R I O**

O Contribuinte acima mencionado foi autuado em 04/09/90 (fls. 09), por omissão de receita operacional, caracterizada por saldo credor de caixa, em razão do excesso de aplicações dos recursos gerados pela Empresa nos anos de 1987 e 1988 e nos valores de Cr\$ 286.796,94 e Cr\$ 984.210,27, infringindo o Art. 1º, parág. 1º do DL no 1.940/82 e arts. 16, 80 e 83 do Regulamento do FINSOCIAL, aprovado pelo Decreto no 92.698/86.

Após obter prorrogação de prazo, o interessado apresentou impugnação ao feito fiscal (fls. 15) solicitando que fosse considerada para a sua defesa neste processo as mesmas razões aduzidas no processo de IRPJ, tendo em vista a relação causa/efeito existente entre ambos.

O autor do feito pronunciou-se, às fls. 22, esclarecendo que por tratar-se de tributação reflexa, a decisão deste deverá acompanhar aquela proferida no processo principal e anexa às fls. 18/21 cópia da sua informação, na qual opina pela procedência parcial do crédito, conforme específica.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância, considerando o decidido no processo de IRPJ (cópia às fls. 23/32), decidiu pela procedência parcial da ação fiscal, merco dos fundamentos assim ementados:

**"PROCESSO DECORRENTE DE IRPJ - Tratando-se de autuação reflexa é de ser mantido o mesmo tratamento dado ao processo principal de IRPJ, quando as alegações da defesa não apresentam argumentos diferenciados, de direito ou de fato.**  
**AÇÃO FISCAL PROCEDENTE EM PARTE."**

Com guarda do prazo legal, veio o recurso voluntário, postulando o cancelamento da peça básica, porque a exigência entrou em colisão com o devido processo legal, ao ser confirmada, apesar de ser reflexiva do processo relativo ao IRPJ. Leio o recurso.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º 10469-003.423/90-77  
Acórdão n.º 203.00.043

163

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TABUARY**

No caso, considero desnecessário buscar o resultado do julgamento do recurso voluntário interposto, na área do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

E que, aqui, a Recorrente nada alegou ou mesmo provou, no sentido de infirmar a exigência de FINSOCIAL, esquecendo-se ela da autonomia do processo.

E, à míngua de contra-prova, é de admitir-se como comprovada a infração e procedente a exigência.

E o que faço, negando provimento ao recurso voluntário.

E o meu voto.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1992.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sebastião Borges Tabuary".  
SEBASTIÃO BORGES TABUARY